

CENTRO UNIVERSITÁRIO BRASILEIRO - UNIBRA
BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL

BIANCA CISNEIROS GUERRA DE ARAÚJO
MARIA EDILENE DO NASCIMENTO SILVA
MARIA DE FÁTIMA DE LIMA TEIXEIRA FILHA

**OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DA
PANDEMIA**

RECIFE/2021

BIANCA CISNEIROS GUERRA DE ARAÚJO
MARIA EDILENE DO NASCIMENTO DA SILVA
MARIA DE FÁTIMA DE LIMA TEIXEIRA FILHA

OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DA PANDEMIA

Artigo apresentado ao Centro Universitário Brasileiro – UNIBRA, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social

Professor (a) Orientador (a): Ma. Maricelly Costa Santos e Ma. Lylían José Félix da Silva Cabral.

A663d Araújo, Bianca Cisneiros Guerra de
Os desafios da educação no contexto da pandemia. /
Bianca Cisneiros Guerra de Araújo; Maria Edilene do Nascimento
Silva; Maria de Fátima de Lima Teixeira Filha. - Recife: O Autor,
2021.

28 p.

Orientador: Maricelly Costa Santos; Coorientadora:
Lylían José Félix Da Silva Cabral

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Centro
Universitário Brasileiro – UNIBRA. Bacharelado em Serviço Social,
2021

1. Educação. 2 Pandemia - Covid-19. 3. Desafios.
I. Centro Universitário Brasileiro - UNIBRA. II. Título.

CDU: 364

BIANCA CISNEIROS GUERRA DE ARAÚJO
MARIA EDILENE DO NASCIMENTO DA SILVA
MARIA DE FÁTIMA DE LIMA TEIXEIRA FILHA

OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DA PANDEMIA

Artigo aprovado como requisito parcial para
obtenção do título de Bacharel em Serviço
Social, pelo Centro Universitário Brasileiro
– UNIBRA, por uma comissão examinadora
formada pelos seguintes professores:

Nome do Professor (a). Orientador (a) Ma. Maricelly Costa Santos e
Ma. Lylian José Félix da Silva Cabral
Professor Orientador

Professor (a). Examinador (a)

Professor (a). Examinador (a)

Recife, _____ de _____ de 2021.

NOTA: _____

Dedicamos esse trabalho a Deus e a Nossa Senhora, às famílias do nosso trio, por todo incentivo ao longo da nossa trajetória acadêmica

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Deus e Nossa Senhora em primeiro lugar, pela força e determinação que nós foram dadas neste momento para concluir este trabalho de forma satisfatória.

Nosso trio que com todos os percalços enfrentados estavam juntos apoiando-se e fortalecendo-se de alguma forma, para que nós pudéssemos iniciar e dá andamento a esse TCC.

Às nossas orientadoras que como seus saberes e conhecimentos nós passáramos as informações para que nós pudéssemos elaborar e produzir algo do zero.

À nossa orientadora professora Maricelly, por toda compreensão e paciência que teve comigo e meu trio, por todas palavras de otimismo e perseverança que fez com que nós acalmássemos e pudesse produzir algo que nós não tínhamos nenhuma ideia de como realizar e como iniciar esse TCC, agradeço e vejo o quanto foi importante para o nosso crescimento e nosso desenvolvimento como futuras profissionais da área do Serviço Social. Nunca imaginamos que poderia realizar tal feito, nós sentíamos incapazes muitas vezes, mas sempre a professora ao nosso lado dizendo que nós poderíamos produzir esse trabalho e muito outros que viram na nossa trajetória acadêmica, sabemos que não está totalmente um trabalho de primeira linha, sabemos que precisamos melhorar e muito, mas esse TCC é o nosso troféu, de uma grande realização, com esse trabalho só podemos dizer que venham os próximos, porque estaremos nos preparando mais e mais para as novas etapas da nossa vida profissional e acadêmica, nessa área que escolhemos.

Professora mais uma vez o nosso muito obrigada por significar tanto em nossa vida acadêmica nesse momento tão delicado e atípico que estamos vivenciando e compartilhando.

Aos nossos familiares e amigos que estavam sempre ao nosso lado e nós dando a força que tanto precisávamos, que tiveram a sabedoria de controlar nossas tristezas e nossas angústias nesse processo de produção do nosso trabalho de conclusão de curso.

A todos em geral o nosso humilde e sincero muito obrigado e que venham outros trabalhos para que possamos crescer e desenvolver com o conhecimento ao longo da nossa caminhada.

*Um guerreiro sem espada
sem faca, foice ou facão
armado só de amor
segurando um giz na mão
o livro é seu escudo
que lhe protege de tudo
que possa lhe causar dor
por isso eu tenho dito.
Tenho fé e acredito
na força do professor.
(Bráulio Bessa – poeta)*

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO.....	09
2. DELINEAMENTO METODOLÓGICO.....	11
3. REFERENCIAL TEÓRICO.....	11
3.1. Os aspectos sócios históricos da constituição da Educação como Política pública.....	11
3.2. A Educação como direito: O surgimento das políticas de educação trajetória da política de educação a partir de 1930 até a atualidade.....	18
3.3. Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, leis que regem a legislação educacional brasileira.....	23
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	28
4.1. Os desafios para a efetivação da política de educação no contexto da pandemia de COVID-19.....	28
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
REFERÊNCIAS	34

OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DA PANDEMIA

Bianca Cisneiros Guerra de Araújo

Maria Edilene do Nascimento Silva

Maria de Fátima de Lima Teixeira Filha

Nome do (a) Professor (a). Orientador (a) Msc. Maricelly Costa Santos¹ e Msc. Lylian José Félix da Silva Cabral

Resumo: O presente artigo apresenta algumas considerações acerca da Educação no Brasil ao longo do tempo, discutindo, principalmente, os desafios e contextualizando o momento em que estamos vivenciando a pandemia do COVID-19. Objetiva abranger os impactos ocorridos com essa nova patologia, que é de grande proporção, e acabou prejudicando o campo educacional como um todo, desnudando e acentuando as dificuldades enfrentadas pelos profissionais da área de educação. A pesquisa utilizada na preparação deste trabalho foi do tipo bibliográfica, através de artigos para realizar uma análise crítica da realidade social apresentada, com o aprofundamento e exploração do contexto histórico e da atual conjuntura da pandemia do COVID-19, além de destacar as mudanças ocasionadas por essa crise sanitária. A partir de todo o estudo apresentado, foi percebido que sempre ocorreu movimentos de luta, para que acontecessem as modificações na Educação. Observamos que foi de fundamental importância a inclusão de novos métodos de atuação utilizados pelos professores para enfrentar esse novo “normal”, expondo à sociedade aos desafios encontrados ao longo dos dias de isolamento e afastamento de alunos e professores da escola.

Palavras-chave: Educação. Pandemia – COVID-19. Desafios.

Abstract: This article presents some considerations about Education in Brazil over time, mainly discussing the challenges and contextualizing the moment in which we are experiencing the COVID-19 pandemic. It aims to cover the impacts that have occurred with this new pathology, which is of great proportion, and ended up harming the educational field as a whole, revealing and accentuating the difficulties faced by professionals in the field of education. The research used in the preparation of this work was of the bibliographic type, through articles to carry out a critical analysis of the social reality presented, with the deepening and exploration of the historical context and the current situation of the COVID-19 pandemic, in addition to highlighting the changes caused by this health crisis. From all the study presented, it was noticed that there were always fight movements, so that changes in Education could take place. We observe that the inclusion of new methods of action used by teachers to face this new “normal” was of fundamental importance, exposing society to the challenges encountered during the days of isolation and removal of students and teachers from the school.

Keywords: Education. Pandemic – COVID-19. Challenges.

¹ Professor (a) da UNIBRA. Maior titulação acadêmica concluída. Maricelly.costa@grupounibra.com
Lylian.cabral@grupounibra.com

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa discutir a história da educação brasileira, além de demonstrar os caminhos trilhados que contribuíram para grandes feitos, realizações, mudanças e movimentos sociais educacionais ao longo do tempo.

Realizamos um breve histórico perpassando por toda trajetória das constituições e leis que regem a Educação brasileira, os desafios que ocorreram e que estão ocorrendo nos dias atuais com o novo contexto da pandemia do COVID-19, que afetou o mundo todo e a forma que atingiu o nosso país.

No período Brasil colonial havia uma demonstração da falta de interesse na esfera da Educação, que era voltada para os privilégios de classe e a exploração dos índios. Era o interesse nesta época, temos os primeiros educadores que vieram junto com os colonizadores os jesuítas, a criação das constituintes ao longo dos anos, mostra a importância da garantia de direitos do cidadão e cidadã que busca uma escolarização para seus filhos de forma que abranja universalmente todas as classes sociais.

Várias reformas educacionais houveram, mas todas eram voltadas para uma educação pontual e de privilégios, mostrando como a desigualdade vem do início do descobrimento do Brasil.

As articulações do poder público na formulação de políticas públicas na revolução de 1930 e na Era Vargas retratou um momento tenso em nosso país, ocorreu mudanças na Educação sendo regulamentada por leis federais válidas para todos, o conflito de Ideias, entre a igreja católica e escolanovistas pelas diretrizes educacionais do Brasil por um ensino laico, estatal, único, defendia a escola pública onde os filhos de trabalhadores e filhos da burguesia frequentasse a mesma escola, o movimento dos manifestos dos pioneiros, ensino primário negligenciado, e as prioridades são voltadas para o ensino secundário e superior, a criação do sistema S (SENAI E SENAC) se inseriu neste contexto de transformações, para preparar os futuros alunos em cursos profissionalizantes onde poderia haver mão de obra qualificada para trabalhar nas indústrias, para responder às demandas do capitalismo que estava em alta.

As revoltas e os movimentos sociais surgiram reivindicando seus direitos, os educadores defendendo os princípios fundamentais que deveriam orientar a

educação no país, tudo que pudesse almejar a luta por uma educação igualitária, encontrava-se nesse momento.

E sem esquecer de citar a dura e triste trajetória do povo brasileiro na ditadura militar, os movimentos sociais a luta por um país melhor e a opressão tomando conta, a perseguição dos educadores que estavam a frente desses manifestos, a interrupção de projetos voltados a uma reforma popular e democrática do ensino, já apresentava os tempos sombrios que a educação brasileira viveria com a ditadura.

A Constituição Federal de 1988, é um grande marco para o nosso país é uma constituição progressista e transformadora por que prevê direitos sociais, para diminuir a desigualdade social a pobreza e o preconceito, ela abrange as áreas como segurança, economia, seguridade social, cultura, saúde, meio ambiente e Educação,

é a forma de uma nova democracia depois da Ditadura Militar, que fez o país retroceder e os cidadãos perder seus direitos.

Temos as leis que regem a educação no Brasil, que garante o ensino de forma universal, citaremos a nossa constituinte cidadã, a LDB e o ECA, apresentando as afirmações de direitos, proporcionando viabilização do acesso ao ensino, segurança e também a parceria do Estado com as famílias.

Os acontecimentos em nosso país com a chegada da pandemia do COVID-19, apresenta os efeitos causado na Educação, onde o campo que garante o desenvolvimento e a aprendizagem do ser humano foi trincado, o isolamento social afetou o convívio do professor e aluno, a busca de novos métodos de ensino e adequação ao novo “normal” não está sendo fácil, as dificuldades apresentada com o ensino a distância, a qualidade de ensino ofertada pela rede pública e rede privada, a desigualdade apresentada com o acesso à internet limitada e a falta de aparelhos eletrônicos, o adoecimento dos profissionais de educação que estão vivenciando a sobrecarga de trabalho e pouquíssimo tempo para o lazer, e o papel do assistente social para atuar nesse campo que é novo mas precisa de um olhar cauteloso e necessário.

2 DELINEAMENTO METODOLÓGICO

A pesquisa utilizada na preparação deste trabalho foi do tipo bibliográfica, através de artigos para realizar uma análise crítica da realidade social apresentada, com o aprofundamento e exploração do contexto histórico e da pandemia do COVID-19 e as mudanças ocasionadas por essa crise sanitária.

Realizamos algumas reflexões a respeito da Educação em nosso país, a educação é fruto da desigualdade social, desde do seu surgimento no país com marcas muito claras do seu passado histórico que se refletem nos dias atuais.

Durante o desenvolvimento do estudo optamos por realizar a nossa pesquisa através de artigos, livros e sites confiáveis, respeitando as normas técnicas cobradas pela instituição de ensino ao qual nos foi orientado.

Uma pesquisa de forma bibliográfica e de cunho qualitativo, tentando ao máximo apresentar um trabalho sistemático e de caráter objetivo e formal.

A importância de abordar esse assunto tão atual dentro do espaço do Serviço Social é de grande importância para o conhecimento sobre o tema e as futuras pesquisas que irão surgir.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Os aspectos sócios históricos da constituição da Educação como política pública

O primórdio da educação brasileira foi marcado por desigualdades e por privilégios de alguns em detrimento da grande maioria da população. As marcas deixadas no momento da colonização do Brasil até os dias atuais foram de uma cultura de brancos, implantada pelos europeus, que imediatamente desvalorizou a população indígena e posteriormente a população negra com suas tradições e modo de viver, explorando-os de várias formas.

Os primeiros educadores foram os padres jesuítas, que chegaram no Brasil em 1549 onde desembarcaram na Bahia, ao qual tinha o objetivo de inserir o processo

de catequização desses nativos, podemos alegar que a evangelização implantada, são ações na área de Educação, que foram estabelecidas por Portugal em nosso país, se tornando a primeira ideia de educação no Brasil com a finalidade de instruir os índios a serem mais brandos e conseqüentemente, mais simples para serem aproveitados como mão de obra. Esses religiosos recebiam ajuda da coroa para educar os nativos e para isso utilizavam a linguagem religiosa. Por isso, podemos dizer que a Educação era pública e religiosa, sendo estas algumas das principais características da Educação naquele momento. (GOMES JÚNIOR E DA SILVA, 2017, p. 32).

Um dos marcos desse período foi a intercessão da primeira reforma educacional do Brasil e está ligada ao modo pelo qual os homens se reproduzem socialmente e a forma pelo qual eles organizam o modo de produção. As Instituições vão sendo criadas, organizadas e (funcionando) porque são organizadas de acordo com os interesses, essencial para a sociedade burguesa, que age através das estruturas de apropriação (econômica) e a de dominação (político) (NASCIMENTO, 2007, p,182).

A primeira reforma aconteceu em 1751 foi uma das mais polêmicas medidas impostas nesse momento, foi executada por Sebastião José de Carvalho e Melo conhecido como Marquês de Pombal (reforma pombalina) o mesmo era influenciado pelo iluminismo² onde nessa época existia uma corrente de pensamento que era defender o uso da razão sobre o da fé para entender e solucionar os problemas da sociedade.

Conforme, Gomes Júnior e Silva (2017, p. 37) "O Marquês de Pombal teve a missão de fazer com que Portugal se dinamizasse, passasse daquela fase de capital mercantil para capital industrial", teve um papel importante o Marquês, pois não era de acordo com as interferências dos jesuítas que estavam a intrometer-se na economia e na política e também na proteção dos índios ao qual os brancos queriam escravizar, sua trajetória neste período foi de grande influência.

As reformas pombalinas foi um dos mais controversos embates políticos ocorridos no Império Português no século XVIII, orquestrando uma série de mudanças de âmbito social e estrutural na coroa lusitana. Estas reformas

² O Iluminismo como movimento cultural filosófico, se desenvolveu no decorrer do século XVIII conhecido como Século das Luzes. É difícil caracterizar com precisão esse movimento, pois para a sua formação concorreram fatores culturais, sociais e locais, específicos aos diferentes países e pensadores, destacando-se nomes como o de Locke, Voltaire, Diderot, Rousseau e Kant.

alcançaram de forma significativa todo território português e ultramarino, causando efeitos no modo de administrar e produzir conhecimento materializando-se em todos os aspectos, onde ocorreu de forma acelerada em Portugal e lenta e descompassada nas colônias como caso no Brasil em especial nos aspectos educacionais. (SILVA; SIMÕES NETO; RODRIGUES 2018, p. 637-648)

No tempo em que permaneceu no Brasil, a Companhia de Jesus³ criou 25 residências, 36 missões e 17 colégios e seminários. Em 1759 houve a expulsão da Ordem Religiosa Católica do Brasil, com a saída forçada dos jesuítas.

Ressalta, Souza e Santos (2019, p. 2) "Com a expulsão dos jesuítas, desmantelou-se toda a estrutura administrativa de ensino, em consequência, o Estado passou a assumir pela primeira vez os encargos da educação", o Marquês tentou modificar o modo de ensino, implantando concursos nas regiões da Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco, foram postos de forma direta no formato de indicação.

Souza e Santos (2019, p. 2) apontam que nesse período

mudou-se o quadro de professores e até rebaixou o nível de ensino, porém não houve ruptura em suas estruturas, pois os substitutos eram pessoas preparadas pelos jesuítas e, aos serem recrutadas, passaram a dar continuidade à sua ação pedagógica.

Os novos professores tiveram sua formação pelo método conservador dos jesuítas, eles encontram uma maneira prática de repassar os conteúdos aos alunos, substituíram o idioma do latim pela língua portuguesa, onde antes existia uma dificuldade em assimilar, a troca da língua facilitou e se tornou mais rápido para absorver as informações repassadas pelos professores, a nova língua do país tornou-se o português, deixando o latim como a segunda língua.

Afirmam, Gomes Júnior e Silva (2017, p. 39) que,

No entanto, a Reforma Pombalina, no tocante à Educação foi melhor em Portugal do que no Brasil. Como já foi dito o sistema educacional estava todo nas mãos dos jesuítas e eles foram expulsos de forma sumária daqui.

³ A Companhia de Jesus ou Ordem dos Jesuítas, é uma ordem religiosa fundada em 1534 e que atua até os dias de hoje em diversos países.

As mudanças no contexto do ensino, tornou-se uma educação com falhas e de privilégios para os ricos e negligência com os pobres, com essas alterações ocorridas põe fim ao período colonial.

Nesse contexto, "no século XIX, surge uma nova estratificação social mais complexa e urbana. A educação passou a ter uma status social pois a conquista de um título muitas vezes tinha como finalidade única a busca pelo status dentro da sociedade. A camada intermediária procurava a educação como meio de ascensão social". (BARBOSA, 2012, p. 85)

No Brasil Império, temos a chegada da família real em 1808 no Rio de Janeiro, promovendo mudanças na educação voltadas para o formato político e econômico que dará apenas prioridade a classe dominante. Em 1824 a primeira Constituição Brasileira garantia em seu Art. 179 apenas "a instituição primária e gratuita a todos os cidadãos", com o rompimento da educação dos jesuítas, houve investimento, mas não era suficiente, mas com a presença da família real não seria, mais necessário sair do Brasil para fazer o ensino superior. (GOMES JÚNIOR E SILVA, 2017)

Houve o projeto de Januário da Cunha Barbosa, ele inseriu as ideias da educação como dever do Estado, em todo território nacional, em escolas de diversos graus, escolas de primeiras letras (iniciação), além da criação de escolas voltadas ao público feminino, nunca firmada anteriormente e na graduação do processo educativo, tudo isso em uma lei que em 15 de outubro de 1827 foi inserida.

No campo educacional são criados cursos por ser preciso o preparo do pessoal mais diversificado. Como exemplo para a defesa militar é a Academia Real da Marinha e Academia Real Militar, também é criada a Escola Politécnica (Hoje Escola Nacional de Engenharia) São criados também cursos de cirurgia na Bahia e no Rio de Janeiro. Estes cursos representavam a inauguração de nível superior do ensino no Brasil. Com isso a estrutura de ensino imperial passa a acontecer em três níveis: O primário que continuava sendo um nível instrumentalização técnica (apenas ler e escrever); o secundário que também permanece com a organização de aulas régias. E O superior com finalidade profissionalizante. (CAMARGOS, 2018, p. 134)

Houve o Ato Adicional de 1834, uma reforma que aconteceu e modificou a Constituição Federal de 1824, os membros da Câmara dos Deputados estabeleceram um conjunto de mudanças que afetaram diretamente as diretrizes que está presente até os dias de hoje, nessa época, o papel político a ser exercido pelas províncias e pelo Poder Executivo era alvo de eternas discussões que

colocavam esses dois grupos políticos em oposição, dando autonomia administrativa às províncias do império, fazendo com que a responsabilidade ficassem com as províncias sem oferecer estrutura e tempo para que possam ser organizar e desenvolver um método de ensino eficaz e que se proporciona para ambas classes sociais, a Constituição Brasileira de 1891, onde iniciou o descaso do ensino público.

Descentralizaram o ensino, mas não ofereceram condições às províncias de criar uma rede organizada de escolas, o que acabou contribuindo para o descaso do ensino público e para que ele ficasse nas mãos da iniciativa privada, acentuando ainda mais o caráter classista e acadêmico e gerando um sistema dual de ensino: de um lado, uma educação, voltada para a formação das elites, com os cursos secundários e superiores; de outro, o ensino primário e profissional, de forma bastante precária, para as classes populares. (SOUZA E SANTOS, 2019, p. 2)

Assim, "o Ato criou as assembleias legislativas provinciais, as quais passaram a ter poder de legislar e organizar vários setores da administração pública, entre eles a instrução primária e secundária." (CASTANHA, 2006, p. 174). A desigualdade prevaleceu e a dominação da classe burguesa tomou conta, o pensamento republicano de fazer um país melhor, era totalmente ao contrário, temos ainda pensamentos e atitudes do velho tempo, que dificultou o crescimento e o desenvolvimento

Com a Proclamação da República algumas reformas pontuais foram realizadas, para poder dar andamento a educação no Brasil e proporcionar um ensino que possa beneficiar a todos, não apenas a classe burguesa.

Nesse sentido, surgiram inúmeras reformas para resolver a desorganização do sistema educacional, entre elas a Benjamin Constant, a Lei Orgânica Rivadávia Corrêa, a reforma Carlos Maximiliano, entre outras; porém foram apenas reformas paliativas, pois não se buscava mudar a estrutura educacional. Mudava-se até o sistema, mas a base da educação continuava a mesma. (SOUZA; SANTOS, 2017, p. 3)

A falta de organização nacional fez com que a Educação ficasse totalmente abandonada e sendo jogada por seus governantes, os estados mais ricos ficam responsável pela oferta de ensino e os estados mais pobres ficam com a responsabilidade de oferecer um ensino deficiente e com propósito de força de trabalho, pois a escravidão chega ao fim e as indústrias começam a surgir.

Diante da fragmentação organizativa e da falta de uma orientação nacional, surgiram diversas propostas de reforma, reformas que dificultaram o desenvolvimento

No século XX, o Brasil passou por profundas transformações sociais e econômicas, as quais impactaram com várias propostas educacionais para se adequar, várias reformas foram criadas e desenvolvidas ao longo do tempo, a falta de infraestrutura para implantar essas reformas e também com a dificuldade do pensamento das elites rurais, que viviam da agricultura, dificultou o desempenho da educação no país.

De acordo com Ribeiro (1993, p. 3) "A Reforma de Benjamin Constant" bastante ampla, que dentre outras mudanças, propunha a inclusão de disciplinas científicas nos currículos e dava maior organização aos vários níveis do sistema educacional, não foi posta em prática".

Essa reforma ocorreu em 1890 e foi composta por 21 decretos publicados entre maio de 1890 e janeiro de 1891, e foi a primeira reforma educacional da república brasileira, tinha foco em métodos e conteúdos e era de cunho liberal e elitista.

O mesmo se pode dizer em relação às outras reformas que se seguiram. O Código Epitácio Pessoa (1901) acentua a parte literária ao incluir a lógica e retirar a biologia, a sociologia e a moral; a Reforma Rivadavia (1911) retoma a orientação positivista, tentando infundir um critério prático ao estudo das disciplinas, ampliando a aplicação do princípio de liberdade espiritual ao pregar a liberdade de ensino (desoficialização) e de frequência, abolindo o diploma em favor de um certificado de assistência e aproveitamento, e transferindo os exames de admissão no ensino superior para a faculdade, com o objetivo de que o secundário se tornasse formador do cidadão e não do candidato ao nível seguinte. Os resultados, no entanto, foram desastrosos. Daí as reformas de 1915 (Carlos Maximiliano) e de 1925 (Luiz Alves/Rocha Vaz) (RIBEIRO, 1981, p. 77 *apud* RIBEIRO, 1993, p. 3).

As reformas criadas tinham apenas intenção que o conhecimento fosse apenas ler e escrever para as camadas populares possuir as instruções básicas para trabalho nos campos e nas indústrias que estavam surgindo, a governabilidade era centralizada com o imperador de Portugal, após a Proclamação da República foi adotado o federalismo, dividindo a responsabilidade do país para o presidente e seus governadores de cada região, onde tinham como obrigação inserir a educação básica.

Do ponto de vista cultural e pedagógico, a República foi uma revolução que abortou e que, contentando-se com a mudança do regime, não teve o pensamento ou a decisão de realizar uma transformação radical no sistema de ensino para provocar uma renovação intelectual das elites culturais e políticas, necessárias às novas instituições democráticas (AZEVEDO, 1953, p. 134 *apud*, RIBEIRO, 1993, p. 3)

Surge um movimento de cunho pedagógico em 1920 e profissionais da área de educação, como Anísio Teixeira (1900 – 1971), Fernando de Azevedo (1894 – 1974) e Lourenço Filho (1897 - 1970), realizam denúncia sobre o analfabetismo e outros problemas que a educação vem carregando desde do início. A Escola Nova aparece no Brasil com a referência da Europa, no Brasil defendem a Escola Nova no formato do ensino leigo, universal, gratuito e obrigatório, a solução para esse momento é criar um vínculo humanista do homem com a tecnologia e a ciência, fazendo com que o ser humano tome conhecimento do que está a sua volta.

De 1920 a 1929, teremos reformas educacionais estaduais a nível primário: a de Lourenço Filho, no Ceará, em 1923; a de Anísio Teixeira, na Bahia, em 1925; a de Francisco Campos e Mário Casassanta, em Minas Gerais, em 1927; a de Fernando Azevedo, no então Distrito Federal, em 1928; e a de Carneiro Leão, em Pernambuco, também em 1928. Podemos falar numa "aliança" entre os modelos educacional e econômico-político. Era o liberal pragmatismo da Escola Nova influenciando estas reformas pedagógicas. (RIBEIRO, 1993, p. 4)

A educação é um fator determinante para o Brasil, com todas as reformas e alterações voltadas apenas para os detentores do poder, a mudança do sistema econômico agrário para se tornar um sistema industrial, fez com que a classe trabalhadora, assalariada, que tem poucos recursos, ficassem para trás, sendo esquecidos e banalizados, o indivíduo sem conseguir realizar mudanças sociais e com dificuldade de se tornar cidadãos questionadores, acaba sendo oprimido pelo sistema capitalista.

A situação política confusa neste início de década, a insatisfação das massas, o descontentamento de setores políticos, levam o governo federal a não tomar medidas imediatas que visassem uma organização de plano de governo. E a demora de tomada de medidas no campo educacional leva o descontentamento àqueles educadores que participaram das reformas na década de 20, os quais assinam, em 1932, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. (RIBEIRO, 1993, p. 4)

Esse manifesto propunha assim o ensino obrigatório e gratuito, custeado pelos estados da Federação e administrado pelo Ministério da Educação, aceitava a ideia de ter um fundo escolar para custear os estudos retirando da União, dos estados e dos municípios, construindo assim um sistema educacional que pudesse inserir a classe menos favorecida, para que pudessem ter uma formação social justa.

3.2 A Educação como direito: O surgimento das políticas de educação

Com a Revolução de 1930, houve o despertar para o campo educacional através das lutas de classe, onde surge o descaso da classe burguesa com a classe trabalhadora, nesse momento a classe trabalhadora começa a se organizar e se articular através dos movimentos sociais para a reivindicação dos direitos sociais igualitários, onde necessitava de grandes mudanças e a educação é uns dos pontos essencial, nesse momento Getúlio Vargas, assume como presidente do Brasil, e com o poder nas mãos diminui a autonomia dos governos estaduais e assim começa a ocorrer as mudanças na Educação, que passa a ser regulamentada por leis federais válidas para todos. (SOUZA E SANTOS, 2019)

De acordo com Ribeiro (1993, p. 4). De 1931 a 1937 - período denominado de "Conflito de Ideias" vamos ter de um lado os católicos, de outro os pioneiros, ambos defendendo os princípios fundamentais que deveriam orientar a educação no país. Congressos, seminários e conferências foram realizados. Para uma análise mais detalhada da questão do movimento escola-novista e da ideologia existente por trás dos pensamentos e propostas dos pioneiros e dos católicos

Souza e Santos (2019, p. 3) esclarece que:

O Decreto nº 19.850, de 11 de abril de 1931, criou o Ministério da Educação e as Secretarias de Educação dos estados; em 1932, com o ideal de educação obrigatória, gratuita e laica, entre outros, surgiu o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, com o objetivo de tornar público o que era e o que pretendia o Movimento Renovador. O decreto nº 19.850 de 11 de abril de 1931, criou o ministério da Educação e as secretarias de Educação dos estados, com a Constituição Federal de 1934, visava organização do ensino brasileiro.

Nos decretos criados em 1931, não foi feita referência ao ensino primário ensino elementar, totalmente negligenciado, deixando a cargo do Estado priorizar o ensino secundário técnico e o ensino superior. O ministro Francisco Campos

precisava organizar o sistema de ensino para se adaptar ao capitalismo nascente devido à crise de 1929 nos Estados Unidos que afetou o Brasil em vários aspectos.

Uma das ações mais importantes deste período foi o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, constituindo uma série de propostas feitas por conceituados educadores da época sob a liderança do professor Fernando de Azevedo⁴ para a melhoria da educação no país, se preocupava muito com o desenvolvimento econômico, social, e a educação tinha um papel fundamental para formar um indivíduo para uma nova realidade, o indivíduo com papel na economia e na sociedade era necessário adaptar-se à realidade existente naquele momento.

Os escola-novistas defendiam um ensino laico, ensino estatal, uma escola única, defendia que no Brasil deveria ter apenas escola pública, que filhos da burguesia e filhos da classe trabalhadora frequentasse a mesma escola, trazia um propósito democrático bem importante, dentro dessas escolas a característica biológica de cada indivíduo deveria ser levado em conta.

Se algum indivíduo tivesse aptidão em conhecimento administrativo, intelectual científico, na escola seria direcionado para um campo específico, se o indivíduo apresentasse uma característica voltado para o trabalho técnico, manual direcionava para outro caminho, dentro da mesma escola, se tornando assim uma escola única e para todos, dando prioridade a característica de cada indivíduo.

Um ponto importante nesse momento era o financiamento das escolas públicas, dinheiro público para as escolas públicas, os escola-novistas são os principais articuladores do manifesto dos pioneiros da educação nova, mas não serão os únicos redigido por Fernando Azevedo em 1932, e assinado por diversos intelectuais preocupados com uma educação que permita o desenvolvimento social do Brasil.

A igreja católica era a oposição pois tinha a discussão da liberação do ensino religioso nas instituições educacionais, fazia profundas críticas aos escola-novistas contra o ensino laico, contra o ensino único.

Afirma Andreotti, (2006, p. 105) "Essas duas vertentes de pensamento polarizaram os debates sobre a educação na década de 1930, e os embates que

⁴ Fernando de Azevedo (1894-1974) foi um educador, professor, administrador, ensaísta e sociólogo brasileiro. Foi um dos expoentes do movimento da Escola Nova. Participou intensamente do processo de formação da universidade brasileira, em busca de uma educação de qualidade.

elas travaram tornam evidente a diversidade de interesses que abrangia a educação escolarizada naquele momento."

Na Constituição Federal de 1934, vamos ver profundas medidas que buscam regulamentar, fiscalizar, centralizar a educação brasileira a nível nacional, não podemos esquecer que não foi apenas a Constituição de 1934 vai determinar essas políticas educacionais, devemos lembrar que outras medidas por meio de decreto complementares da educação vão dá um novo olhar para a educação.

Na década de 1940 o novo ministro é Gustavo Capanema que vai continuar com algumas medidas que vai dá um novo olhar a esse período, vai se regulamentar o ensino industrial, comercial, normal primário e agrícola, vai ser criado o sistema (S), Senai (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) e Senac (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial), apesar de ter iniciativa privada, ser das indústrias e entidades patronais, foi regulamentada pelo governo federal, que são voltados para indústria e para o comércio.

Nos anos da década de 40, Gustavo Capanema, Ministro da Educação entre 1934 e 1945, implementou uma reforma educacional denominada Leis Orgânicas do Ensino, que estruturou o ensino industrial, reformou o ensino comercial e criou o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, assim como trouxe, também, mudanças no ensino secundário, que passou a ser dividido em dois ciclos: o primeiro correspondia ao curso ginasial, com quatro séries e o segundo, ao curso clássico, científico e normal. (ANDREOTTI, 2006, p. 108)

O ministro tinha a intenção de criar um ensino separado por classes sociais e com o sistema S (Senai e Senac), poderia inserir a classe social popular onde poderia responder às demandas do capitalismo, e o curso secundário o científico e o normal, ficaria voltado a classe da elite para que ingressasse em um curso superior, a burguesia controla todo poder econômico do país.

Hoje chamamos na atualidade de ensino base, para o ensino superior nessa época era ter que escolher entre o ramo secundário que levava o aluno para o ensino superior e técnico profissional que levaria a uma profissão. Nesse período se o aluno optasse fazer o ensino técnico e seguir depois para o ensino superior não podia, a classe trabalhadora sofria com os seus filhos que precisavam ter uma profissão, o jovem iam para o ensino técnico em busca de uma profissão, limitando o ingresso para o ensino superior, forçando o jovem a trabalhar para ajudar nas

despesas de casa, já os filhos da elite não tinham preocupação em ter uma formação profissional era saindo do ensino secundário e indo direto para o ensino superior.

Nesse período vai surgir a regulamentação da educação brasileira, priorizando a organização das faculdades de educação, letras e ciências humanas e a de filosofia como uma única faculdade, essas instituições de ensino tinham uma preocupação educacional muito grande, elas eram responsáveis pelo debate e formação educacional. Assim, as outras faculdades e cursos estariam concentrados em um único modelo, centrados nessas faculdades de letras, ciências humanas e filosofia.

Quanto ao ensino superior, a preocupação fundamental do Estado Novo foi o fortalecimento do regime universitário, acoplado à fiscalização do governo federal sobre estas instituições. Assim, o Decreto-Lei nº 421, de 11 de maio de 1938, estabelecia o controle federal sobre o processo de abertura de cursos superiores, bem como a fiscalização das instituições já existentes, principalmente quando de sua equiparação às instituições federais. (BRITO, 2006, p. 18)

Tendo o cuidado com a quantidade de alunos matriculados e a visão da qualidade do ensino superior para que não ultrapasse os limites e passando pela autorização prévia do Governo Federal.

A Constituição Federal de 1937, centralizou nas mãos do chefe do Poder Executivo, a administração de um governo autoritário e abusivo, Getúlio Vargas não trouxe muitas modificações para a educação, Gustavo Capanema vai da continuidade a estrutura organizacional que estava estabelecido na Constituinte de 1934, mantendo a mesma reforma que já existia anteriormente.

O diferencial da Constituinte de 1937 é que ela foi elaborada por uma única pessoa, Francisco Campos o então ministro da justiça de Getúlio Vargas, nessa constituinte não houve discussão e apreciação por parte de uma assembleia com deputados e especialistas da área jurídica, teve característica bastante autoritária.

A Constituição Federal de 1946, retomou o capítulo sobre educação e cultura da Carta de 1934, iniciando-se assim o processo de discussão do que viria a ser a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação no Brasil.

Fase democrática e turbulenta, para a percepção dos setores populares não era tão democrática no ponto de vista dessa classe, ainda faltava muito para que as alterações fossem feitas e colocadas em prática.

Entramos em uma fase difícil e memorável para a o Brasil, período da Ditadura Militar de (1964 a 1985) em poucas palavras e resumindo essa fase, iremos expressar a opressão e governo autoritário, a presença das forças armadas como elemento principal à frente do Aparelho do Estado, determinou a forma de política educacional no Brasil.

Segundo Paulino e Pereira, (2006, p. 1943)

A política educacional militar deve ser vista como uma forma utilizada pelo Regime para assegurar a dominação necessária para o exercício de uma política subordinada e mantenedora do processo de acumulação de capital, tentando, desta forma, afastar os conflitos e tensões existentes que atrapalhavam a obtenção da hegemonia.

Os militares queriam que a sociedade interpretasse as atitudes como uma política de assistência destinada às classes populares, onde eles queriam fazer transparecer algo que não existia, os mesmos tentavam viabilizar seus próprios interesses até 1985, quando outra classe dominante conseguiu alcançar o poder político.

A Constituição Federal de 1967 aprovada pelo regime militar, promoveu duas alterações importantes na política educacional brasileira.

Conforme Assis, (2012, p. 328)

Deixou claro o descomprometimento do Estado com relação ao financiamento da educação pública e o incentivo à privatização do ensino. Ela extinguiu os percentuais mínimos de recursos a serem aplicados na educação pela União, Distrito Federal e Estados. Apenas manteve a obrigatoriedade financeira dos municípios, no montante de 20% da receita tributária municipal por ano, investidos no ensino primário. A União, segundo esta Constituição, deveria prestar assistência técnica e financeira aos Estados e ao Distrito Federal para o desenvolvimento dos seus sistemas de ensino, mas não houve referência aos percentuais mínimos a serem despendidos. O que este documento assegurou, foi o ensino livre à iniciativa popular, com amparo técnico e financeiro dos Poderes Públicos, inclusive mediante bolsas de estudo, ou seja, o estímulo à privatização é visível.

O que podemos observar é um momento que a UNIÃO tende a investir menos e os Estados e municípios, entrarem com a maior parte de recurso para custear a educação, temos um forte movimento da força militar em querer que a educação se torne privada para que o governo se esquive de suas obrigações com a população.

Vamos adentrar na nossa Constituição Cidadã a Constituição Federal de 1988, que foi promulgada em 05 de outubro de 1988, nesse momento o Brasil estava

passando pela transição democrática que juntava as lutas e a força dos políticos e da população que almejava por mudanças e o fim definitivo dos resquícios da ditadura militar em nosso país, sofrendo com tantas medidas intransigentes como o período de 1964 a 1969 com os Atos Institucionais, onde o governo nessa época tinha como objetivo a corrupção e a subversão, eram utilizados como mecanismos de legitimação e legalização das ações políticas dos militares, instituindo para eles diversos poderes extra constitucionais.

A Constituição de 1988 nesse período questionava a atuação do Estado direta e indiretamente, no que diz respeito ao dia a dia do cidadão, ela é uma das maiores do mundo e tem sua interpretação complexa, voltada para o indivíduo, para o coletivo, cita também a proteção ao meio ambiente, aos direitos humanos, a educação, a saúde, a segurança e a família e ressalta também a questão da ciência e à tecnologia, algo inovador que nenhuma constituinte anterior tinha o cuidado em promover a garantia.

Com a educação de forma garantida na Constituição, as formas de trabalhar na educação e atuar foram sendo modificadas aos poucos, mas que os líderes do poder puderam perceber que a Educação é primordial para todo indivíduo, para ter o conhecimento e viver em sociedade.

3.3 Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, leis que regem a legislação educacional brasileira

Essas leis são referentes a direitos conquistados ao longo do tempo como muita luta social, está ligado aos direitos humanos, são fundamentais e garantem o básico para a sociedade de forma que podemos ser resguardados e orientados dentro dessas normas. O alvo da educação é que o indivíduo possa se desenvolver como pessoa, ter o seu conhecimento como pessoa e como cidadão e ter sua qualificação para o mercado de trabalho, para posteriormente ser implantado no desenvolvimento econômico do país.

Como cita o artigo 205 e 206 da Constituição Federal:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. (*) O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV - Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

V - Valorização dos profissionais do ensino, garantido, na forma da lei, plano de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, assegurado regime jurídico único para todas as instituições mantidas pela União;

VI - Gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

VII - garantia de padrão de qualidade.

(*) Emenda Constitucional Nº 19, de 1998.

O artigo que detalha a atuação do Estado é o 208, conforme podemos observar a seguir:

Art. 208. (*) O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - Ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

II - Progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;

III - Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - Atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade;

V - Acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - Oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

§ 1.º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§ 2.º O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo poder público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

§ 3.º Compete ao poder público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.

(*) Emenda Constitucional Nº 14, de 1996.

O direito estabelecido auxilia no direcionamento da área educacional, podendo assim ter mais recursos, garantindo atuar diretamente na sociedade articulando ações que possam desenvolver o indivíduo a ter um papel na mesma, e que possa contribuir futuramente com o desenvolvimento do país.

A garantia de direito é bem nítida e simplificada nesses artigos, com essa Lei a educação brasileira tem o dever de resgatar os anos perdidos com a sociedade brasileira, os líderes do poder têm uma dívida social enorme, com a implantação de um adequado sistema educacional de qualidade venha contestar os anseios da população, que protestam por prosperidade econômica e justiça social, onde tudo isso só será viabilizado através da educação e da democratização do acesso às oportunidades e possibilidades de aumento das condições de vida da população brasileira que enquadra com o princípio da elevação da pessoa humana de forma igualitária.

LDB⁵, Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, surgiu em 1934 na Constituição Federal, mas foi em 1961 na (lei nº 4.024/61) que ela foi criada, seguida por uma versão em 1971 e outorgada em 1996, com a (lei nº 9.394/96) onde podemos consultar e se direcionar, tanto como para o ensino público ou privado.

Essa lei também é conhecida como a lei Darcy Ribeiro⁶ que foi um dos principais formuladores desta lei, explanando o caminho percorrido pela legislação a qual define os fundamentos, estruturas e normatização do sistema educacional brasileiro, viabilizando os direitos da população em geral.

Com o processo de democratização livre, adotado no final do Estado Novo, e através da Constituição de 1988 foi concedido à União autoridade para legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional.

Na LDB cita que o Título II – Dos Princípios e Fins da Educação Nacional:

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III - Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- IV - Respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V - Coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI - Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII - valorização do profissional da educação escolar;
- VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- IX - Garantia de padrão de qualidade;
- X - Valorização da experiência extra-escolar;
- XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.
- XII - consideração com a diversidade étnico-racial. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)
- XIII - Garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (Incluído pela Lei nº 13.632, de 2018)

Como mostra os artigos acima citado, essa parceria do Estado e da família tem que existir para o desenvolvimento e o crescimento do indivíduo no convívio social e profissional, a Lei informa e direciona que a educação ocorre de forma ampla e de

⁵ A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB 9394/96) é a legislação que regulamenta o sistema educacional (público ou privado) do Brasil da educação básica ao ensino superior. A LDB é a mais importante lei brasileira que se refere à educação.

⁶ Darcy Ribeiro foi um sociólogo, antropólogo, educador, escritor e indigenista brasileiro, defensor da causa indígena e da educação pública e de qualidade. Seus estudos publicados em vasta produção bibliográfica são centrais para o entendimento da cultura indígena e da formação do povo brasileiro.

qualidade, tanto para os alunos como também viabilizando a qualificação dos profissionais que atuam no campo educacional, todo indivíduo tem uma formação dentro de suas casas com seus familiares, nenhum aluno chega como uma folha em branco, todos têm sua bagagem de conhecimento que segue por toda a sua vida, onde tem que ser valorizado e levado em consideração, o respeito ao próximo e a solidariedade são relações recíprocas, e a educação escolar se dá em um ambiente específico dentro das instituições escolares e fornecendo ao educando o conhecimento científico.

Não podemos deixar de ressaltar a importância de Paulo Freire⁷ nessa época com a Educação Popular pautada na Teologia da Libertação, tendo a participação da Igreja Católica e pedagogos, foi de grande importância seu projeto para implantar a educação de forma fácil e para todos.

Afirma Pereira (2015, p. 2) “Sua preocupação primordial é provocar a reflexão nas pessoas, sem manipulá-las ideologicamente, acreditando que o pobre é o agente de sua própria libertação. “

A forma que ele percebia a necessidade de uma libertação em todos os ângulos era de uma configuração ampla e nítida, todos têm o direito à liberdade e o conhecimento só vem com a liberdade para buscar novos horizontes e se tornar um ser humano crítico.

A Lei de Diretrizes e Bases criou o Conselho Federal de Educação que atualmente é conhecido como Conselho Nacional de Educação⁸, em 24 de novembro de 1995 com a Lei nº 9.131, na página do MEC encontramos a missão e as atribuições:

Tem por missão a busca democrática de alternativas e mecanismos institucionais que possibilitem, no âmbito de sua esfera de competência, assegurar a participação da sociedade no desenvolvimento, aprimoramento e consolidação da educação nacional de qualidade.

As atribuições do Conselho são normativas, deliberativas e de assessoramento ao Ministro de Estado da Educação, no desempenho das funções e atribuições do poder público federal em matéria de educação, cabendo-lhe formular e avaliar a política nacional de educação, zelar pela qualidade do ensino, velar pelo cumprimento da legislação educacional e assegurar a participação da sociedade no aprimoramento da educação brasileira. Compete ao Conselho e às Câmaras exercerem as atribuições

⁷ Paulo Freire (1921-1997) foi um dos mais importantes pedagogos brasileiros. O educador criou um método de ensino inovador acreditando que a educação era uma ferramenta essencial para a transformação da sociedade.

⁸ O Conselho Nacional de Educação é um órgão colegiado integrante da estrutura do Ministério da Educação do Brasil (MEC), que atua na formulação e avaliação da política nacional de educação.

conferidas pela Lei 9.131/95, emitindo pareceres e decidindo privativa e autonomamente sobre os assuntos que lhe são pertinentes, cabendo, no caso de decisões das Câmaras, recurso ao Conselho Pleno. O compromisso desse Conselho é garantir e manter em atividade todas os princípios adotados por eles através de políticas públicas, podendo assim juntamente com os líderes do poder exercer todos os requisitos que a lei obriga.

Tem como objetivo o exercício das tarefas próprias da função com responsabilidade de assessorar, consultar de forma permanente e contínua, com um interesse coletivo.

Foi através deste artigo abaixo que o ECA⁹ foi criado para proteger e assegurar os direitos das crianças e adolescentes do nosso país.

No capítulo XII da Constituição Federal de 1988, informa que no:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Nos anos anteriores da aprovação do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) em 13 de julho de 1990, as crianças e adolescentes eram vistos como delinquentes, pequenos infratores e que recebiam punição e correção como adultos e era onde ocorriam os grandes erros em nossa sociedade, os mesmos viviam em riscos e sofriam violências dentro e fora de casa, vulnerabilidade social de várias formas, a sociedade não tinham uma preocupação em inserir essas crianças como cidadão que tem direitos e deveres, as medidas que tomavam eram totalmente fora do contexto da educação.

Com a constituição de 1988 esse estatuto juntamente com os Direitos Humanos¹⁰ viabilizaram uma qualidade de vida assegurada, todo indivíduo tem que ter dignidade humana e seus direitos garantidos.

⁹ Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é o conjunto de normas do ordenamento jurídico brasileiro que tem como objetivo a proteção integral da criança e do adolescente, aplicando medidas e expedindo encaminhamentos para o juiz. É o marco legal e regulatório dos direitos humanos de crianças e adolescentes.

¹⁰ Os direitos humanos são normas que reconhecem e protegem a dignidade de todos os seres humanos. Os direitos humanos regem o modo como os seres humanos individualmente vivem em sociedade e entre si, bem como sua relação com o Estado e as obrigações que o Estado tem em relação a eles.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Os desafios para a efetivação da política de educação no contexto da pandemia de COVID-19

No final do ano de 2019 para o início de 2020, fomos invadidos e pegos de surpresa por um vírus letal e de difícil recuperação, a Organização Mundial da Saúde¹¹ (OMS) foi alertada, em 31 de dezembro de 2019, sobre vários casos de pneumonia na cidade de Wuhan na China, tratava-se de uma nova cepa (tipo) de coronavírus que não havia sido identificada antes em seres humanos, propriamente em 12 de março de 2020, o Ministério da Saúde¹², publicou uma portaria nº 356/2020 que regulamenta as medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional em decorrência do coronavírus (Covid-9). Com essa portaria foi acionada às medidas em vigor que estão presente nesse momento, o isolamento social, uso frequente de máscara e higienização das mãos com álcool em gel ou 70%, com todas essas medidas a população estava assustada e acompanhando as notícias, que pudesse repassar informações que ajudassem a compreender o que estávamos e estamos ainda passando com essa pandemia.

A saúde foi o setor que entrou em colapso, sem recursos, sem infraestrutura, sem uma organização, já tínhamos um corte de gastos gigantesco anteriormente e com a pandemia só houve o aumento da falta de tudo, o líder do nosso país, até o presente momento se diverte com a situação que acometeu a população brasileira, o caos foi tomando conta, o desespero de várias formas foi crescendo, famílias mutiladas sem seus parentes e a dor só aumentando.

O setor econômico foi afetado, sem economia não podemos girar o capitalismo, presenciamos e acompanhamos o fechamento de várias empresas de médio e pequeno porte, população desempregada, a fome crescendo descontroladamente, famílias sendo despejadas e indo morar nas ruas por falta de moradia e a doença

¹¹ É uma agência especializada em saúde, fundada em 7 de abril de 1948 e subordinada à Organização das Nações Unidas. Sua sede é em Genebra, na Suíça.

¹² O Ministério da Saúde é o órgão do Poder Executivo Federal responsável pela organização e elaboração de planos e políticas públicas voltados para a promoção, a prevenção e a assistência à saúde dos brasileiros.

tomando conta de tudo e de todos, um vírus invisível que a qualquer momento pode entrar em suas casas, em suas vidas, o medo que assola a humanidade.

O Brasil já estava vivenciando um período de crise no capitalismo, a pandemia só veio para evidenciar o inevitável, a precarização de um governo negacionista¹³ e de cunho fascista¹⁴, só aumentou o descaso sobre a pandemia no Brasil, o atual presidente Jair Messias Bolsonaro já é conhecido mundialmente como genocida, afirmando que esse vírus tão perigoso é apenas uma “gripinha”, palavras do presidente.

Conforme Palú (2020, p. 92)

A crise evidencia que o papel do Estado é fundamental, seja para garantir a vida, por meio de sistemas de saúde, seja para proporcionar uma renda mínima aos desempregados ou outras pessoas que foram atingidas economicamente pelo fechamento de empresas e postos de trabalho, seja na preservação e oferta de outros direitos, entre eles a educação.

Percebemos o quanto fomos atingidos com essa pandemia, mas a educação com certeza muito mais, estamos em novos caminhos de uma nova incerteza, sem a educação o país não se desenvolve, não cresce, não segue em frente, o Estado deve elaborar estratégias, para garantir novas infraestrutura à população, começar a pensar os pós pandemia.

A desigualdade no ensino já era visível anteriormente, a população menos favorecida já sofria com a falta de estrutura e de políticas públicas, o ensino precário e de difícil acesso para muitos já prejudicava o desempenho do aluno, a pandemia auxiliou o distanciamento do aluno com a escola, apresentando os inúmeros abismo de desigualdade, as instituições educacionais de rede pública e da rede privada, apresenta bem essa desigualdade, o investimento de uma família rica, faz toda a diferença para seu filho, mostra o quanto o mesmo conseguirá realizar os seus objetivos ao longo da sua trajetória.

O abismo entre escolas públicas e privadas nunca foi uma novidade no Brasil, porém em tempos de crise ela se mostra ainda mais presente, visto que ao contrário de muitas escolas públicas, escolas privadas desfrutam de estrutura material, tecnológica e financeira que permite propiciar aos seus alunos a assistência educacional necessária. FELIPE SOUZA, SILVA, SOUSA, (2020, p. 7)

¹³ É a escolha de negar a realidade como forma de escapar de uma verdade desconfortável.

¹⁴ É uma ideologia política ultranacionalista e autoritária caracterizada por poder ditatorial, repressão da oposição por via da força e forte arregimentação da sociedade e da economia.

As minorias sempre serão as mais atingidas, as benfeitorias sempre serão para os que detém o poder nesse país, o capitalismo é o que predomina e que rege a nação, a pandemia prejudicou muito aqueles em que são menos assistidos pelo Estado.

A educação se questiona como atuar e dá seguimento a esse novo formato de atuação, o que conhecíamos por sala de aula foi alterado, o convívio, a interação foi bruscamente rompida, sabemos que a sociedade contemporânea está sendo invadida pela cultura digital, a modernidade toma conta e nesse momento ela se fez essencial para todos e tudo ao nosso redor.

Conforme Kirchner, 2020 “A pandemia nos colocou frente ao desafio de pensar a escola, nos retirando a sala de aula, o ambiente que sempre foi o lugar de estabelecer os vínculos principais de mediações de conhecimento (p.46).” A forma que tudo ocorreu, os professores e toda a rede educacional tiveram uma grande responsabilidade de inserir novos espaços, para não deixar de passar o conhecimento, ter uma sala de aula dentro de casa, foi algo fora de todo contexto tradicionalista, mas temos que reconhecer que a educação precisava se atualizar, não bruscamente como o que está acontecendo, mas sabemos a competência dos educadores de se reinventarem e de fazer o melhor por seus alunos e se adaptarem para os desafios, a pandemia é algo histórico que está acontecendo no mundo, mas através dela podemos perceber a inúmeras possibilidades de mudança que o ser humano pode sofrer ao longo do tempo.

Apesar do EAD já ser uma realidade na educação brasileira, ele estava direcionado quase que na sua totalidade para o Ensino Superior, sendo outra parte para os cursos técnicos profissionalizantes. Na Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio), a regra geral das escolas, quando utilizavam, tendia para o EAD apenas como forma de educação complementar, sendo autorizado o EAD para casos específicos do Ensino Médio, especialmente para cursos profissionalizantes. Além disso, o parágrafo 4º do art. 32 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB) define que “O ensino fundamental será presencial, sendo o ensino a distância utilizado como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais”. PASINI, CARVALHO, ALMEIDA (2020, p. 3).

As escolas para atender a urgência da pandemia, implantaram a Educação a Distância (EAD)¹⁵, mesmo já tendo sua atuação no ensino superior e em alguns

¹⁵ Educação a distância é a modalidade educacional na qual alunos e professores estão separados, física ou temporalmente e, por isso, faz-se necessária a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação.

cursos técnicos, surgiram os obstáculos para adaptação, falta de estrutura dentro de casa, dificuldade em ter uma internet de qualidade e aparelhos eletrônicos de última geração, para atender essa nova demanda, pais trabalhando dentro de casa em home-office, crianças pequenas sem a possibilidade de ser levadas as creches, dificuldades em vários aspectos.

A dificuldade no Brasil em ter uma internet de qualidade disponível para todos é muito escassa, e nesse momento atual os mais prejudicados no ensino é a classe menos favorecida, a classe rica sentiu dificuldades, mas conseguiu manter os estudos

Afirma Senhoras, (2020, p. 134)

Neste sentido, as famílias com maior escolarização e melhores condições econômicas têm acesso e dão continuidade aos estudos por meio de plataformas estáveis e conteúdo de qualidade em contraposição às famílias com menor escolarização e piores condições econômicas, as quais são estruturalmente ou individualmente limitadas ao acesso ao EAD, e, portanto, comprometendo a própria continuidade dos estudos durante (curto prazo) e após a pandemia (médio prazo).

O ensino remoto veio para auxiliar nesse distanciamento, mas apenas oferecendo privilégio a poucos, a continuidade do sistema de ensino de forma presencial é ainda é uma forma de garantir a educação para essas famílias que têm poucos recursos.

Nossos inúmeros questionamentos fazem com que nos deparemos com um novo cenário educacional, precisamos pensar em estratégias, criar políticas públicas nessa importante relação com as famílias, realizar parceria e estabelecer uma relação mais fortalecida, pois mesmo o convívio a distância esse relacionamento tem que ser firmado para poder dar andamento ao processo de ensino, família e escola sempre terão que andar juntas.

A pandemia causada pelo COVID-19 traz consigo para o sistema educacional, além de vários outros elementos corrosivos, a custosa demanda da constante "reinvenção docente", transmutada esteticamente quanto uma necessária manutenção de uma educação remota que se faça ativa, presente e minimamente acessível, sem considerar, entretanto, as lacunas das condições trabalhistas, estruturais e até mesmo formativas, destes profissionais da educação. PEREIRA; SANTOS; MANENTI (2020, p. 29)

Os professores com suas jornadas intensas, tentando se adequar, realizando o diferencial, mesmo assim as cobranças dos gestores e familiares dos alunos, com

esse novo cenário de pandemia, isolamento social e medo, comprometeu a saúde mental desses profissionais, encontrando-se fragilizados, tanto no setor público quanto no setor privado, a demanda aumentou, as atividades extraclasse vieram acompanhadas de sintomas de estresse, ansiedade e a culpa pelo não cumprimento das tarefas que foram determinadas pelas instituições de ensino.

Nosso papel de atuação à frente das expressões da questão social, vem mostrar a importância da função de um assistente social nesse novo contexto, emergencial desencadeada pela pandemia do COVID-19, apresenta as nossas principais mediações que são as interversões.

Confirma Negri, Santos, Krüger (2020, p. 13)

As recomendações e orientações técnicas emitidas pelo Conjunto CFESS/CRESS, configuram assim, seu importante protagonismo junto à categoria profissional e à sociedade brasileira, visto que reafirmam competências, propõem estratégias técnicas e políticas de atuação, considerando as dimensões ética, política e técnica do exercício profissional da assistente social.

A partir das necessidades sociais que estamos observando e acompanhando ao lado dessa pandemia, os serviços públicos são centrais e não podem se retirar do cenário de calamidade que se encontra no país, o assistente social deve estar engajado nos espaços de planejamento e gestão dos planos de políticas públicas, por ter sua condição técnico política e realizar um trabalho social de qualidade.

A atuação dos assistentes sociais ainda é muito recente no campo da Educação, mas sabemos que em uma equipe multidisciplinar, deve sempre existir um assistente social, para realizar a articulação necessária junto com a população.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por tudo que foi exposto compreende-se que as mudanças sempre esteve presente nas discussões e nos movimentos sociais educacionais, proporcionando o enfrentamento e o melhoramento das oportunidades de acesso à Educação de qualidade e igualitária, de modo universal nas instituições de ensino nas escolas brasileiras.

Informar, desenvolver, apresentar, inserir e realizar questionamentos é de total caráter obrigatório, para nossa sociedade que busca uma oportunidade e uma vida

digna com os seus direitos garantidos tendo em vista a percepção de mudar um país no âmbito, cultural, social, democrático e econômico.

O país, junto com a pandemia, enfrenta uma crise política com aberturas ainda maiores que afetam a sociabilidade, a democracia, a cultura e o bem estar social, com essa problematização da Educação nesse contexto que estamos passando mostra-se necessário como a desigualdade social que tem uma proporção enorme em nosso país.

O momento que estamos vivenciando ainda tem muito que ser explorado, uma realidade que estamos aprendendo a conviver e desvendar, os desafios que surgem no nosso dia a dia, para repensar a prática docente a buscar de novas políticas públicas para garantir os subsídios nesse âmbito educacional as escolas, o retorno a sala de aula é importantíssimo, mas dá a garantia de infraestrutura é muito mais.

Esse momento é histórico no mundo e também em nosso país, nesse momento contemporâneo, analisar esse momento e ter empatia pelo próximo é ter um olhar diferenciado, cada retorno gradativo às escolas por cada indivíduo terá consigo uma história de dor, superação e transformação pessoal, as lacunas e as mazelas instituídas na Educação sempre existiram agora deverá existir muito mais, as ações, as lutas, o direito de termos uma vida digna e de qualidade será novamente através dos movimentos sociais que buscam melhorias e garantia dos nossos direitos, construindo mecanismos que possa reinventar a educação escolar juntamente com toda a sociedade para que esse tempo perdido os alunos não seja prejudicado.

REFERÊNCIAS

Assis, Renata Machado. **A educação brasileira durante o período militar: a escolarização dos 7 aos 14 anos** – Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/educacaoemperspectiva/article/view/6512/2673> Acesso em: 13 de maio 2021.

Barbosa, Mayra. **A demanda social pela Educação, a política de educação no Brasil e a inserção do Serviço Social**. Disponível em: <file:///C:/Users/faues/Downloads/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20MAYRA%20QUAIROZ.pdf>. Acesso em: 14 de abr. 2021

Brito, Sílvia Helena Andrade. A educação no projeto nacionalista do primeiro governo Vargas (1930-1945). Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=Decreto-Lei+n%C2%BA+421%2C+de+11+de+maio+de+1938%2C+fiscaliza%C3%A7%C3%A3o+do+ensino+superior&btnG. Acesso em 20 de maio 2021.

BRASIL. **Constituição Federal** – Biblioteca do Senado Federal <http://www.saude.am.gov.br/planeja/doc/constituicaoefederalde88.pdf>. Acesso em 18 de maio 2021.

BRASIL. **Ministério da Saúde** – Disponível em: <https://antigo.saude.gov.br/acesso-a-informacao/institucional>. Acesso em 08 de jun. 2021.

BRASIL. **Ministério da Educação** – Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/escola-de-gestores-da-educacao-basica/355-perguntas-frequentes-911936531/educacao-a-distancia-1651636927/12823-o-que-e-educacao-a-distancia>. Acesso em 10 de jun. 2021

Camargos, Ailton. **Educação no Brasil: Da Colônia ao Início da República**. Disponível em: <https://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura/article/view/355/486>. Acesso em: 04 de abr. 2021.

Castanha, André Paulo. **O Ato Adicional de 1834 na Educação Brasileira**. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38639>. Acesso em: 18 de abr. 2021

Conselho Nacional de Educação (CNE) – Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12449&Itemid=753. Acesso em 01 de jun. 2021

Estatuto da Criança e do Adolescente – Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Estatuto_da_Crian%C3%A7a_e_do_Adolescente. Acesso em 01 de jun. 2021

Fascismo – Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Fascismo>. Acesso em 08 de jun.2021

Felipe Souza, Jessica Laiane de; Silva, Eliza Souza; Sousa, Damião Gonçalves de. **Reflexos da Desigualdade: A Educação Brasileira em Tempos de Pandemia.** – Disponível em: <http://interfaces.leaosampaio.edu.br/index.php/revista-interfaces/article/view/777/pdf>. Acesso em 12 de jun. 2021.

Fuks, Rebeca. **Quem foi Paulo Freire e porque sua pedagogia foi tão importante** – Disponível em: https://www.ebiografia.com/quem_foi_paulo_freire_pedagogia/. Acesso em 02 de jun. 2021.

Frazão, Dilva. **Biografia de Fernando de Azevedo** – e Biografia. Disponível em: https://www.ebiografia.com/fernando_de_azevedo/. Acesso em: 18 de maio 2021

GOMES, Durval Paulo Júnior. **História da Educação Brasileira: Curso Técnico em Secretaria Escolar: Educação a distância / Durval Paulo Gomes Júnior, Luciana Maria da Silva.** – Recife: Secretaria Executiva de Educação Profissional de Pernambuco, 2017.

Kirchner, Elenice Ana. **Vivenciando os Desafios da Educação em tempos de Pandemia** – Disponível em: <file:///C:/Users/afons/Downloads/Livro%20-%20DESAFIOS%20DA%20EDUCACAO%20EM%20TEMPOS%20DE%20PANDEMI A.pdf> Acesso em 10 de jun. 2021

Legislação – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12907:legislacoes&catid=70:legislacoes. Acesso em 03 de jun. 2021.

Nascimento, Maria Isabel. **Instituições escolares no Brasil colonial e imperial.** Disponível em: <http://ri.uepg.br:8080/riuepg/handle/123456789/706?show=full>. Acesso em: 18 de abr. 2021.

Negacionismo – Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Negacionismo>. Acesso em 08 de jun. 2021

Negri, Fabiana Luiza; Santos, Maria Tereza dos; Krüger, Tânia Regina. **Atuação da /o Assistente Social em Face da Pandemia da COVID19: Orientações Técnica** Elaboradas pelo Conjunto CFESS/CRESS. – Disponível em: https://cisama.sc.gov.br/assets/uploads/83e8b-artigo_atuacaodoas.pdf. Acesso em 12 de jun. 2021.

Novo, Benigno Nunez. **Leis de Diretrizes e Bases da Educação** – Comentários – Disponível em: <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/direito/leis-diretrizes-bases-educacao-comentarios.htm>. Acesso em 25 de maio 2021.

O que são os direitos humanos? – Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/o-que-sao-direitos-humanos>. Acesso em 01 de jun. 2021.

Organização Mundial da Saúde – Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Organiza%C3%A7%C3%A3o_Mundial_da_Sa%C3%BAde. Acesso em 08 de jun. 2021

Paulino, Ana Flávia Borges; Pereira, Wander. **A Educação no Estado Militar (1964-1985)** – Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=regime+militar+brasileiro+na+educa%C3%A7%C3%A3o&btnG=&oq=regime+militar+brasileiro+na+educa. Acesso em: 11 de maio. 2021

Pereira, Hortência Pessoa; Santos, Fábio Viana; Manenti, Mariana Aguiar. **Saúde Mental de Docentes em Tempos de Pandemia: Os Impactos das atividades remotas.** – Disponível em: <https://revista.ufr.br/boca/article/view/Pereiraetal>. Acesso em 12 de jun. 2021.

Pereira, Vanderlan Paulo de Oliveira. **Pedagogia Freiriana e teologia da libertação: Trilhando caminhos de esperança** – Disponível em: <https://www.coipesu.com.br/upload/trabalhos/2015/10/pedagogia-freireana-e-teologia-da-libertacao-trilhando-caminhos-de-esperanca.pdf>. Acesso em 06 de jun. 2021.

Porfírio, Francisco. **Darcy Ribeiro** – Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/biografias/darcy-ribeiro.htm>. Acesso em 02 de jun. 2021.

Ribeiro, Paulo Rennes Marçal. **História da educação escolar no Brasil: notas para uma reflexão** – Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103. Acesso em: 20 de abr. 2021

Seco, Ana Paula; Amaral, Tânia. **MARQUÊS DE POMBAL E A REFORMA EDUCACIONAL BRASILEIRA.** Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/34472849/MARQUES_DE_POMBAL_E_A_REFORMA_EDUCACIONAL_BRASILEIRA_Colonia_Periodo_Pombalino_1759-1822. Acesso em: 14 de abr. 2021.

Senhoras, Elói Martins. **Coronavírus e Educação: Análise dos impactos assimétricos.** Disponível em: <file:///C:/Users/afons/Downloads/edu%20-%20pandemia.pdf>. Acesso em 10 de jun. 2021.

SILVA, Alexandre Ribeiro da; SIMÕES NETO, José de Caldas ; RODRIGUES, Katissa Galgania Feitosa Coutinho. **Estrutura e Funcionamento do Ensino no Período Pombalino no Brasil.** Id on Line Rev.Mult. Psic., 2018, vol.12, n.41, p.637-648. ISSN: 1981-1179. – Acesso em: 04 de abr. 2021.

SOUZA, José Clécio Silva de; SANTOS, Mathéus Conceição. **Contexto histórico da educação brasileira.** *Educação Pública*, v. 19, nº 12, 25 de junho de 2019. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/12/contexto-historico-da-educacao-brasileira>. Acesso em: 04 de abr. 2021.

Zeni, Alencar Burratto. **Educação e autonomia no Iluminismo** - Disponível em: https://www.ucs.br/ucs/tp/cinfe/eventos/cinfe/artigos/artigos/arquivos/eixo_tematico9/Educao%20e%20Autonomia%20no%20Iluminismo.pdf. Acesso em 14 de abr. 2021.